

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA PARA A FEDERAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARÁ (FEPIPA).

1. Apresentação

A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1951 que tem como missão conservar as terras e águas das quais a vida depende. Atua em 74 países e conta com mais de um milhão de membros, recebendo apoio da comunidade empresarial e de diversas organizações bilaterais. Com quase 75 milhões de hectares conservados no mundo, duas vezes o tamanho do Estado de São Paulo, os projetos da TNC ajudam a conservar a vida nas principais regiões do planeta em consonância com o desenvolvimento econômico e social e com respeito aos costumes das comunidades locais.

A TNC vem trabalhando com povos indígenas no Brasil desde 2001, ajudando a estabelecer as bases para uma gestão ambiental forte liderada pelos indígenas em seus territórios. Desde 2012, a TNC vem ajudando a desenvolver uma metodologia de etno-mapeamento, etno-zoneamento e PGTAs que foram integrados à política brasileira através da PNGATI. Um dos primeiros passos foi estabelecer uma forte parceria (que continua até hoje) com a COIAB, uma das principais redes de organizações indígenas da Amazônia brasileira, para desenvolver a capacidade de promover políticas públicas de gestão territorial e ambiental e proteção de terras indígenas. Com o apoio do TNC, a COIAB criou o CAFI (um programa de capacitação indígena), que treinou mais de 100 jovens, muitos dos quais agora são líderes indígenas importantes em suas comunidades e organizações.

Em 2017, uma parceria entre a TNC, COIAB e as redes de organizações indígenas estaduais desenvolveu o "Projeto Redes Indígenas da Amazônia", que tem como principais objetivos: I) Fortalecimento institucional da COIAB; II) Estruturação de 10 organizações ou federações indígenas em nove estados da Amazônia Legal brasileira para gerenciar projetos através de uma metodologia baseada em organizações indígenas com histórico de excelência na gestão administrativa e financeira de projetos; III) Estabelecimento da estrutura e ferramentas para que as organizações da Rede COIAB possa ter acesso, controle social e monitoramento do PNGATI e políticas públicas estaduais de mudanças climáticas e desenvolvimento regional.

A partir de 2017, com vistas a fortalecimento das redes de organizações Indígenas no Estado do Pará, TNC e COIAB iniciaram parceria com a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA). Como resultado desta parceria foram realizadas oficinas e encontros visando fortalecer a incidência da FEPIPA sobre as políticas públicas estaduais com destaque para os eventos organizados por FEPIPA /COIAB, com apoio técnico e financeiro da TNC : I) "Seminário Políticas de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Estado do Pará" realizado em 2017 e II) oficinas de capacitação sobre políticas de clima e desenvolvimento do Pará, realizadas em 2019.

Este termo de referência se insere no âmbito da cooperação técnica e financeira entre TNC e Rede FEPIPA com vistas a fortalecer a FEPIPA com capacidades institucionais e ferramentas para incidência, controle social e monitoramento de indicadores de resultados das políticas, programas e fundos de promoção da gestão territorial sustentável, desenvolvimento regional e políticas de clima no estado do Pará.

2. Histórico FEPIPA

O Estado do Pará atualmente abriga uma das maiores diversidades étnicas desse país, onde abriga mais de 55 (Cinquenta e cinco) etnias, aproximadamente 70.000 (Setenta mil) indígenas, falantes de dezenas de idiomas dos troncos linguísticos, Karib, Macro jê, Pano, Nhegatu, Tupi, Juruna, Mundurucu e entre outras, habitando em mais de 26% (Vinte e seis por cento) do território paraense, distribuídos em torno 77 (Setenta e sete) terras indígenas em diversos estágios de regularização (Homologadas, demarcadas, declaradas, publicadas e reivindicadas) distribuídas em 52 (Cinquenta e dois) municípios do Pará.

Estes povos vivem atualmente em diferentes contextos: a) comunidades e povos indígenas vivendo nas abrangências de 52 (Cinquenta e duas) cidades, inclusive na capital Belém, invisíveis pelo preconceito e a falta de políticas públicas efetivas, b) povos e comunidades vivendo nas proximidades das cidades, seus territórios quando ainda os possuem, estão cercados por fazenda e colonos, perdendo a diversidade de produtos e dificilmente conseguem conjugar atividades básicas de agricultura e coleta; c) povos e comunidades com seus territórios afastados dos centros urbanos seguem articulando a agricultura, coleta e outras atividades com base no uso sustentável dos recursos naturais, esses povos atualmente enfrentam os grandes interesses de madeireiros, mineradores, hidrelétricas e outros grandes empreendimentos; e d) povos e comunidades não contatados (autônomos ou em isolamento voluntário), que deveriam ser protegidos através das garantias do acesso e conservação dos recursos naturais dos quais dependem suas vidas.

No Pará cada povo ou comunidade indígena têm suas organizações próprias, sua forma de viver e decidir sobre ela, seja através de organizações de representações jurídicas ou não, as mais comuns de organizações estão nos modelos de associações comunitárias, associações de produtores, grupos, cooperativas, conselhos e outras formas de organização indígenas tradicionais e não tradicionais.

Até o ano de 2007, essa diversidade de povos no Pará era pouco conhecida, ou mesmo não conhecido pela sociedade paraense, quando realizou-se um grande encontro com apoio do governo do Estado chamado de I Semana dos Povos Indígenas do Pará em Belém. Neste encontro os caciques e lideranças manifestam o interesse de manter uma unidade de luta em defesa dos direitos, além do interesse de instituir um espaço de discussão de políticas públicas no estado, quando foi iniciado com Fórum de Lideranças com condução do governo, espaço este que não obteve sucesso.

Porém, os encontros entre as lideranças continuaram ocorrendo, e nestes espaços sempre houve a discussão da necessidade de formalizar a união de luta através de uma organização. Porém neste momento ainda não se constituía por várias razões, entre elas fortalecer as redes de relações e confiança entre os povos.

E em 2015 durante a etapa Nacional da I Conferência Nacional de Política Indígenas houve uma reunião para fortalecer a criação de organização jurídica nível do estado, tendo como primeiro exercício a assembleia para votação do representante da Amazônia-Pará no conselho Nacional de Política Indigenista-CNPI. Nesta ocasião deliberou-se a realização da assembleia para a criação, que ocorreu com a participação da maioria dos representantes dos povos indígenas do Pará, nos dias 03 e 04 de abril de 2016 na Aldeia do Povo Kyikatêjê na Terra Indígena Mãe Maria, município de Bom Jesus do Tocantins-PA, a Federação dos Povos Indígenas do Pará – FEPIPA que

articula o movimento indígena em defesa dos seus direitos de forma conjunta, no modelo que abrange a maior diversidade de povos. A FEPIPA foi amplamente discutida e formulado a partir dos anseios e opiniões de lideranças coletados de vários anos.

Em novembro de 2019 o Governo do Pará criou o CONSEPI – Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará, composto por 19 (Dezenove) representantes, todos com direito a voto, com 17 (Dezessete) representantes dos povos e organizações indígenas do Estado do Pará, onde a FEPIPA é a principal representante.

Portanto a FEPIPA foi criada com objetivo de defender, discutir os interesses coletivos dos povos e comunidades indígenas, e formulou a atuação em 8 Etnoregiões a saber: Altamira, Belém, Itaituba/Jacaraeacanga, Marabá/Tucuruí, Oriximiná, Novo Progresso, Tucumã/São Félix e Santarém. O quando abaixo das regiões com seus respectivos povos de abrangência.

3. Objetivo

Contratação de consultoria especializada pelo período de seis meses para prestar Assessoria Técnica para a FEPIPA e para seus coordenadores na agenda prioritária da FEPIPA, de incidência e controle social de políticas públicas e conselhos/ fóruns estaduais prioritários para os povos indígenas fortalecimento institucional da Federação, através de ações de captação de recursos e de comunicação da FEPIPA com suas bases regionais e parceiros institucionais .

4. Atividades

- Facilitar e sistematizar reunião de planejamento estratégico da coordenação da FEPIPA com vistas a definir prioridades e plano de ação para incidência nas políticas estaduais de interesse dos Povos Indígenas, incluindo políticas e programas com interface com a PNGATI, de desenvolvimento regional e clima.
- Com base no planejamento estratégico elaborar um Plano de Trabalho da consultoria, para o período de vigência da consultoria.
- Elaborar análises técnicas sobre políticas e programas prioritários.
- Apoiar a FEPIPA na elaboração de documentos e cartas com propostas para os conselhos e órgãos governamentais.
- Apoiar a coordenação da FEPIPA na articulação e diálogo com órgãos governamentais, ongs e outras organizações indígenas.
- Acompanhar e assessorar a coordenação da FEPIPA em reuniões e oficinas, incluindo fóruns, conselhos e grupos de trabalho, quando requisitado.
- Apoiar a atuação da FEPIPA no CONSEPI – Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará, Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. Grupos de trabalho do Programa Amazonia Agora, visando a apresentação de propostas que beneficiem os povos indígenas dentro da agenda do Conselho.
- Apoiar a coordenação da FEPIPA na elaboração (redação e orçamento) de projetos de captação de recursos para a Federação.

5. Produtos

Produto 1 – Documento word e/ou Excel, apresentando o Plano de Trabalho da Consultoria elaborado em acordo com a coordenação da FEIPA.

Produto 2 – Documento word e/ou Excel, descrevendo, de forma objetiva, as atividades de desenvolvidas durante os meses de 1 a 3 do período da consultoria.

Produto 3 – Documento word e/ou Excel, descrevendo, de forma objetiva, as atividades de desenvolvidas durante os meses de 4 a 6 do período da consultoria.

6. Forma de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados de acordo com o seguinte plano:

Pagamento	Descrição	Valor em %	Prazo estimado
1º pagamento	Após entrega e aprovação do Produto 1	20%	30/07/2020
2º pagamento	Após a entrega e aprovação do Produto 2	40%	30/09/2020
3º pagamento	Após a entrega e aprovação do Produto 3	40%	30/01/2021

Os tramites administrativos de pagamento iniciam após aprovação do produto e emissão de nota fiscal ou RPA (Recibo de pagamento a autônomo, para o caso de consultoria pessoa física).

OBS: Os gastos da viagem (Fretes, combustíveis, alimentação, materiais de expediente), serão reembolsados pela TNC mediante a apresentação de Notas Fiscais e recibos.

7. Requisitos técnicos e qualificação profissional

7.1. Obrigatórios

Formação de nível médio e/ou técnico, ou superior;

Experiencia com Gestão de Organizações

Experiência em temas ligados ao indigenismo

Habilidade de elaboração de projetos (parte escrita e orçamentos

7.2. Preferenciais

Experiência em Gestão de Organização de 3º Setor com povos indígenas e/ou comunidades tradicionais, e elaboração de projetos

8. Participação no processo seletivo

Os candidatos deverão encaminhar documento contendo as seguintes informações obrigatórias:

- Curriculum vitae contendo formação, experiências profissionais e duas referências institucionais de trabalhos anteriormente executados, incluir abaixo do curriculum o valor financeiro dos serviços a serem prestados contendo o **valor bruto** global com todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista e o prazo de validade da proposta financeira.

9. Envio das propostas

Os candidatos deverão enviar o documento para o e-mail fbittencourt@tnc.org

10. Prazo de envio das propostas

As propostas deverão ser enviadas até a data 20 de junho de 2020.